


CONTRATO: 002/2022 - CEBGAS	PROCESSO nº: 116.000.007/2022
<u>CONTRATANTE</u>	Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS
REPRESENTANTES LEGAIS	
DIRETOR PRESIDENTE	LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ, CPF nº [REDACTED] Advogado, residente e domiciliado nesta Capital
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACÊDO, [REDACTED] Administrador de Empresas, residente e domiciliado na cidade de Goiânia/GO
<u>CONTRATADO</u>	
1. DADOS ESPECÍFICOS	
MAGALHÃES DE GOUVEIA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 41.371.338/0001-37 /OAB-DF 597521 com sede na QC 2 RUA C 21, JARDINS MANGUEIRAL, BRASÍLIA- DF, neste ato representada por, Tatiane Barbosa Magalhães de Gouveia, [REDACTED] Advogada, OAB/DF [REDACTED] residente e domiciliada nesta Capital.	
1.1 VIGÊNCIA DO CONTRATO	24 (vinte e quatro) meses. A partir da data de assinatura
1.2 PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA	Permitida a prorrogação na forma do art. 71, da Lei nº 13.303/2016, mediante justificativa circunstanciada.
1.3 VALOR DO CONTRATO	R\$ 144.520,08 (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e vinte reais e oito centavos).
1.4 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	Os preços serão reajustados pelo índice IPCA, a cada 12 (doze), a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir
1.5 REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por preço global.
1.6 OBJETO DO CONTRATO	Contratação de escritório de advocacia para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica à CEBGAS, na forma especificada no Projeto Básico.



SIGNATÁRIOS	
CONTRATANTE	
 LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ	ANDRE GUSTAVO LINS DE MACEDO: [REDACTED] Assinado de forma digital por ANDRE GUSTAVO LINS DE MACEDO: [REDACTED] ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACÊDO
CONTRATADO	
TATIANE BARBOSA MAGALHÃES DE GOUVEIA	
TESTEMUNHAS	
Nome: <i>Márcia de Fátima Nunes</i> [REDACTED]	Nome: CPF: RG
Brasília -DF, 1º de agosto de 2022	

O presente Contrato é regido pela Lei 13.303/2016 e suas alterações, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CEBGAS, pela Resolução nº 006/2021, pelo Edital de Licitação Restrita a Pré-Qualificados nº 02/2022 e pelo Projeto Básico nº 001/2022 – CEBGAS, na forma e sob as condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente contrato é o contido no subitem 1.6.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto contratual será executado de acordo com o estipulado neste ajuste, bem como o estabelecido no Projeto Básico, seus anexos e na proposta do **CONTRATADO**, constantes do processo indicado no preâmbulo, que, independentemente de transcrição fazem parte integrante do presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O regime de execução do presente contrato é o contido no subitem 1.5.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de vigência será o contido no subitem 1.1.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos previstos nesta cláusula poderão ser prorrogados na forma do art. 71 e seguintes da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global deste contrato é o contido no subitem 1.3.

PARÁGRAFO ÚNICO - No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados na Praça de Brasília através do Banco de Brasília S/A-BRB ou em qualquer praça onde este Banco possua agência, devendo o **CONTRATADO** indicar o número de sua conta corrente no referido estabelecimento, bem como a respectiva agência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Excetuam-se desta obrigação as empresas de outros Estados da Federação, que comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso, indicar o número de sua conta corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário, sendo que, as despesas decorrentes de quaisquer transferências ficarão a cargo do **CONTRATADO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da(s) fatura(s) no protocolo da **CONTRATANTE**, acompanhada(s) de relatório descritivo dos serviços, desde que tenham sido cumpridas as obrigações contratuais e exigências administrativas da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As faturas poderão ficar retidas na área gestora da contratação, caso o **CONTRATADO** deixe de cumprir quaisquer obrigações contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - O **CONTRATADO**, como condição para recebimento dos pagamentos, deverá cumprir o estipulado na Cláusula Sexta, deste Contrato, devendo os documentos fiscais serem emitidos nos termos da legislação aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO - Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável à **CONTRATANTE** no pagamento relativo à execução do contrato, haverá compensação, por dia de atraso, de acordo com a variação do IPCA do mês da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços serão reajustados pelo índice IPCA a cada 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 DO CONTRATADO: As obrigações do **CONTRATADO** são as especificadas no Projeto Básico e no Edital, além das constantes dos itens seguintes:

I - Zelar pela manutenção, durante todo o período de execução do contrato, das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e das Normas Regulamentadoras e Legislação correlata do Meio Ambiente e Segurança e Medicina de Trabalho, da regularidade fiscal e obrigações trabalhistas, assim como da manutenção relativa à pré-qualificação permanente;

II - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Chamamento Público para Pré-Qualificação Permanente.

III - Zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes e orientações da CEBGAS;

IV - Zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

V - Aceitar a retenção preventiva de créditos devidos ao contratado em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contratado de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

VI - Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à execução do serviço contratado, inclusive encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do **CONTRATADO** quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização dos serviços;

VII - Cumprir fielmente as condições e prazos do contrato, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução;

VIII - Arcar com eventuais prejuízos causados a CEBGAS ou a terceiros por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços, independentemente de comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

IX - Comunicar à CEBGAS, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e a execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

X - Designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato;

6.2 DA CONTRATANTE: As obrigações da **CONTRATANTE** são as especificadas no Projeto Básico e no Edital, além das constantes dos itens seguintes:

- I - Fornecer e colocar à disposição do **CONTRATADO** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- II - Notificar, formal e tempestivamente, o **CONTRATADO** sobre irregularidades observadas no serviço;
- III - Notificar o **CONTRATADO**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- IV - Cumprir os compromissos financeiros assumidos com o **CONTRATADO**;
- V - Indicar o executor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente à CEBGAS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de chamamento da **CONTRATANTE** em juízo, a qualquer título, em decorrência da execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATADO** obriga-se a assumir todas as responsabilidades e ônus oriundos, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a glosar das faturas devidas, as importâncias estimadas no processo, quando estiver constituído o débito em desfavor da Companhia, em razão de decisão judicial, e desde que comprovado por meio do devido processo legal, que o dano ocorreu por inadimplência do **CONTRATADO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando se tratar de despesas processuais em que a **CONTRATANTE** for demandada em juízo em conjunto com o **CONTRATADO**, nos casos de responsabilidade solidária/subsidiária, que surgirem no curso do processo (custas, depósitos recursais, garantia de juízo, perícias, entre outras), serão recolhidas/pagas pelo **CONTRATADO**, no prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, mediante simples notificação prévia, sob pena de glosa das faturas devidas ou da garantia contratual e demais penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS EMPREGADOS DO CONTRATADO

Os empregados do **CONTRATADO** relacionados com a execução do objeto deste contrato deverão possuir capacidade, preparo e experiência comprovada para o fiel desempenho dos serviços a que se propõe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados do **CONTRATADO** não terão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, sendo de responsabilidade daquele todas as obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais, previdenciárias e outras correlatas.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá garantir, após prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa, conforme estabelecido no Parágrafo Quinto desta Cláusula;
- c) Suspensão, por prazo não superior a 2 (dois) anos, do direito de participar de licitações perante a **CONTRATANTE** ou contratar com esta;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As penalidades previstas nas alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a constante da alínea "b", assegurada a defesa prévia de que trata a presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de apresentação da defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, para as penalidades constantes das alíneas "a", "b" e "c", bem como na hipótese de cumulação de pena prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula e contar-se-á o prazo da data do recebimento, pelo **CONTRATADO**, da comunicação da aplicação da respectiva sanção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os órgãos encarregados do recebimento, fiscalização ou inspeção deverão comunicar obrigatoriamente a autoridade competente da CEBGAS, a ocorrência de qualquer fato que possa acarretar o inadimplemento de obrigações atribuídas ao **CONTRATADO**.

PARÁGRAFO QUARTO - O **CONTRATADO** estará sujeito à penalidade de multa, salvo motivo de caso fortuito, de força maior ou outro, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, quando deixar de cumprir, no prazo e condições estipulados, qualquer obrigação contratual assumida.

PARÁGRAFO QUINTO - A multa será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) de 0,3 % (três décimos por cento) ao dia até o trigésimo dia sobre o valor do serviço não realizado, quando, sem justa causa, ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas;
- b) de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, e no máximo de 10% (dez por cento) do serviço não concluído, quando, sem justa causa, ocorrer atraso superior a 30 (trinta) dias;
- c) de 1% (um por cento) sobre o saldo do valor da contratação, quando executar os serviços em desacordo com a Especificação Técnica, norma técnicas e demais especificações; criar dificuldade ao exercício da fiscalização da CEBGAS e/ou prestar informações inexatas sobre o andamento dos serviços;
- d) de 8% (oito por cento) sobre o saldo do valor da contratação, quando transferir

ou ceder qualquer obrigação a terceiro, no todo ou em parte, sem anuência prévia e expressa da CEBGAS;

e) de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor da contratação, quando a contratada for caracterizada como inadimplente e com isso der motivo à rescisão contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - As justificativas, referentes ao atraso na execução do objeto, deverão ser apresentadas pelo **CONTRATADO** à área gestora da contratação que decidirá sobre a aceitação das mesmas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As justificativas de que tratam o **PARÁGRAFO SEXTO** somente poderão ser apreciadas pela **CONTRATANTE**, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto.

PARÁGRAFO OITAVO - as decisões sobre a aceitação ou não das justificativas serão comunicadas por escrito ao **CONTRATADO**, mediante decisão fundamentada.

PARÁGRAFO NONO - O valor correspondente à multa será glosado dos pagamentos que o **CONTRATADO** tenha a receber da **CONTRATANTE** ou da garantia contratual. Verificando-se que o crédito é insuficiente para cobrir o valor da glosa, será o **CONTRATADO** notificado para recolher o saldo no Setor Financeiro da CEBGAS, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento da comunicação, sob pena de cobrança judicial, independentemente da aplicação de outras sanções cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Sem prejuízo de outras sanções e ressalvados os casos de justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, a penalidade de suspensão do direito de participar de licitações perante a **CONTRATANTE** ou contratar com esta, poderá ser aplicada:

- a) por 3 (três) meses, quando o **CONTRATADO** incidir duas vezes, no período de 1 (um) ano, em atraso na execução do objeto que lhe tenham sido confiados em licitações e contratações distintas, ou se reincidente em faltas pelas quais já tenha sido advertida;
- b) por 6 (seis) meses, quando for responsável pela rescisão do contrato; e
- c) por prazo superior a 6 (seis) meses e não excedente de 2 (dois) anos, nos casos em que o inadimplemento acarretar graves prejuízos à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As decisões sobre a aplicação da penalidade da presente Cláusula serão comunicadas, formalmente, ao **CONTRATADO**, assegurado o seu direito a ampla defesa e contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO(S) SERVIÇO(S)

A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução do objeto diretamente através de seus representantes devidamente credenciados, de acordo com os padrões desta Companhia e outras indicações contidas neste instrumento contratual, com amplo acesso aos locais de trabalho do **CONTRATADO**, e aos documentos que lhe digam respeito, mantendo, para tanto, o número de fiscais que julgar necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização, por parte da **CONTRATANTE**, não exime o **CONTRATADO** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto e a observância de todos os preceitos legais e de boa técnica.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Toda comunicação entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, relacionada com a execução do objeto, deverá ser feita por escrito ao gestor do contrato, podendo ser via e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CEBGAS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A forma de rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito de qualquer das partes nas hipóteses da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CEBGAS;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CEBGAS;
- c) judicial, nos termos da legislação

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão por ato unilateral a que se refere a alínea "a" do Parágrafo anterior, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o Parágrafo Quarto será de 90 (noventa dias).

PARÁGRAFO QUINTO - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte **CONTRATANTE**, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do **CONTRATADO** terá este ainda direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

PARÁGRAFO SEXTO – A rescisão por ato unilateral da **CEBGAS** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento:

- a) Assunção imediata do objeto CONTRATADO, pela **CEBGAS**, no estado e local em que se encontrar;
b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CEBGAS**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os contratos celebrados poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa do gestor do contrato, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar, observado o disposto da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da **CEBGAS**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da **CEBGAS**.

PARÁGRAFO QUARTO - Quaisquer novos tributos ou encargos legais que venham a ser criados, alterados ou extintos após a data da apresentação da proposta e, que comprovadamente reflitam os preços contratados, implicará na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUINTO - A competência para autorizar as alterações contratuais de que tratam os PARÁGRAFOS SEGUNDO, TERCEIRO e QUARTO é atribuída à Diretoria Colegiada e as mesmas serão efetivadas mediante aditamento ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DESEMBOLSOS

A despesa decorrente deste contrato será debitada na Conta Orçamentária do Orçamento da **CONTRATANTE**, sendo a Classificação funcional-programática, nº 25.122.8209.8517.9695 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da **CEBGAS**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO GERENCIAMENTO

O gerenciamento deste Contrato e a sua execução ficarão a cargo do titular do Setor Requisitante, seu substituto eventual ou empregado indicado pela Diretoria, a quem deverá ser dirigida, por escrito, toda comunicação entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, por escrito, relacionada com o objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Responsável Técnico (RT) do **CONTRATADO**, pela execução do objeto deste contrato é o indicado no quadro resumo de representantes legais do preâmbulo deste instrumento contratual, ou mediante carta de indicação a ser expedida pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

As informações a que o **CONTRATADO** tiver acesso em decorrência da execução contratual não serão duplicadas nem mesmo utilizadas pelo **CONTRATADO**, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução dos serviços por ela executados, sem a prévia autorização, por escrito, da CEBGAS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

*Este Contrato não induz analogia aos títulos de crédito para efeito de circulação, hipótese em que o **CONTRATADO** incorrerá nas penas previstas em norma competente. O protesto indevido de qualquer título da **CONTRATANTE**, garante à mesma, o direito de glosar das faturas do **CONTRATADO**, o custo para regularização da situação, independentemente da aplicação das penalidades legais. Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CEBGAS.*

Em cumprimento ao Decreto nº 34.031 de 12 de dezembro de 2012, fica informado que, havendo irregularidades neste instrumento, qualquer cidadão poderá entrar em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solucionar eventuais litígios referentes a este Contrato.

FIM DO DOCUMENTO



**PROJETO BÁSICO
ES-DAF001/2022**

**SERVIÇOS DE CONSULTORIA
E ASSESSORIA JURÍDICA**



SUMÁRIO:

1. OBJETIVO

2. ESCOPO GERAL DOSSERVIÇOS

3. DESCRIÇÃO DOSSERVIÇOS

4. FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA/MATERIAL

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA
E TÉCNICA

7. PRAZO DE VIGÊNCIA



1. OBJETIVO

1.1 – O presente Projeto Básico tem por finalidade fornecer as informações necessárias à execução dos Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica para a CEBGAS – Companhia Brasileira de Gás.

2. ESCOPO GERAL DOS SERVIÇOS

2.1 – Dos serviços objeto deste memorial, constarão basicamente as seguintes execuções:

2.1.1 – Assessoria Jurídica;

2.1.2 – Consultoria Jurídica;

2.2 – Fica obrigado o escritório de advocacia, além da execução, assessorar e orientar dentro da legislação, a qual deve manter-se atualizada, pertinente a cada um dos itens, responsabilizando-se por erros e omissões.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – Assessoria Jurídica

- Revisão dos processos administrativos existentes objetivando análise de legalidade e regularidade com proposição de correções, se for o caso;
- Auxiliar na revisão do Regulamento de Licitações e Contratos da CEBGAS, e normativos pertinentes à matéria, com proposição de atualização e modelos de documentos e procedimentos;
- Auxiliar na edição, revisão e atualização de normas internas da CEBGAS;

3.2 – Consultoria Jurídica:

- Emissão de Pareceres Jurídicos em Licitações e Contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016 e alterações posteriores, e Regulamento de Licitações e Contratos da CEBGAS;
- Elaboração de respostas a Consultas Jurídicas em matérias relacionadas ao objeto da contratação, no interesse da CEBGAS;
- Durante a vigência do Contrato, estima-se a análise de 50 (cinquenta) processos.

3.3 Solicitado o assessoramento ou formalizada a consulta pela CEBGAS, o escritório terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar a resposta.

3.4 O prazo para a resposta do escritório poderá ser reduzido ou dilatado, mediante comunicação prévia entre as partes, devidamente justificativa.

3.5 O objeto da presente contratação não envolve elaboração de defesas em processos judiciais, trabalhistas ou administrativos sancionadores de órgãos setoriais e controladores, agências reguladoras, controle interno e externo.

4. FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA / MATERIAL

4.1 - Será de responsabilidade do escritório de advocacia o fornecimento de mão de obra e material para a execução dos serviços descritos neste Memorial.

4.2 – Os serviços descritos nos itens 3.1 e 3.2 desta especificação poderão ser realizados na sede do escritório de advocacia ou na sede da CEBGAS.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 Obrigações do escritório de advocacia

Sem prejuízo dos deveres e obrigações inerentes ao exercício regular da advocacia, conforme determina o Estatuto e as demais normas disciplinares e éticas da Ordem dos Advogados do Brasil–OAB, na prestação do serviço obriga-se o escritório de advocacia a:

- a) Executar fielmente os serviços, obedecendo aos prazos processuais, respondendo por sua correção e qualidade;
- b) Conduzir as atividades necessárias como zelo profissional e os cuidados requeridos;
- c) Manter estrita confidencialidade dos documentos, informações e assuntos relativos ao serviço;
- d) Comunicar a CEBGAS a ocorrência de qualquer fato que possa constituir impedimento ou incompatibilidade;
- e) Fornecer à CEBGAS, sempre que por esta solicitado, todo e qualquer documento de sua propriedade que lhe tenha sido entregue ou obtido em razão dos serviços prestados;
- f) Comunicar à CEBGAS, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que implique alteração das suas condições cadastrais ou de qualquer de seus advogados sócios ou empregados;
- g) Buscar e entregar, sempre que necessário, os documentos e processos

colocados à disposição do escritório de advocacia;

h) Informar à CEBGAS a relação, devidamente atualizada, dos advogados constantes do quadro do CONTRATADO, contendo a razão social, número de registro junto à OAB e o endereço dos respectivos, sempre que houver alteração, bem como todas as alterações contratuais realizadas, no prazo de 05 (cinco) dias, após a sua homologação pela OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;

i) Obedecer rigorosamente às condições deste Projeto Básico, Especificações Técnicas e anexos;

j) Refazer, sem quaisquer ônus para a CEBGAS, os serviços porventura inadequadamente executados;

k) Coordenar a execução do objeto de comum acordo com a CEBGAS, considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;

l) Elaborar e enviar à CEBGAS, quando exigido, relatório dos serviços executados, no qual serão registrados, de maneira mais detalhada possível, os trabalhos realizados e outras ocorrências de interesse da Companhia;

m) Observar, rigorosamente, a Constituição Federal, o Código Civil Brasileiro, a legislação federal e distrital, as Normas Técnicas da ABNT, as leis e regulamentos pertinentes, conforme o caso;

n) Atender as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, no que concerne ao objeto do serviço, assumindo todos os ônus e responsabilidades decorrentes;

o) Atender às determinações da fiscalização e prestar informações exatas à mesma, não criando embaraços, bem como permitir, a qualquer tempo, a vistoria de suas instalações, veículos e equipamentos;

p) Manter contato permanente com a área gestora da GEBGAS para tratar de assuntos relativos ao objeto do serviço;

q) O escritório de advocacia é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da prestação do serviço. A inadimplência do escritório de advocacia quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CEBGAS a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar os serviços;

5.2 Dos atos vedados ao escritório de advocacia

a) Divulgar ou fornecer a terceiros informações e documentos relativos aos processos;

- b) Utilizar nome da CEBGAS, sem autorização, em qualquer instrumento ou meio de divulgação, inclusive noticiando êxito da atuação do escritório de advocacia;
- c) Pronunciar-se publicamente acerca do processo sob os cuidados do escritório de advocacia;
- d) Provocar ou efetivar a realização de ato ou diligencia que não seja útil ao processo e que atrase o seu encerramento;
- e) Sub contratar os serviços contratados.

5.3 Obrigações da CEBGAS

- a) Comunicar expressamente ao escritório de advocacia, com a antecedência necessária, qualquer alteração na programação da execução do objeto e propor uma nova;
- b) Cumprir as condições de pagamento estipuladas;
- c) Avaliar, mensalmente, a qualidade dos serviços prestados pelo escritório de advocacia;
- d) Notificar por escrito, o escritório de advocacia, sobre qualquer irregularidade referente à execução dos serviços, devendo este se reportar à CEBGAS no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da referida notificação.

6. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA E TÉCNICA

6.1 QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo em vigor, devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil;
- b) Cópia da Carteira da OAB dos sócios do escritório;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do escritório pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto do serviço;
- e) Certidão Negativa do CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (pode ser

obtida no portal:<http://www.portaltransparencia.gov.br/>);

f) Certidão Negativa do CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas(pode ser obtida no <http://www.portaltransparencia.gov.br/>);

g) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade(pode ser obtida no portal <http://www.cnj.jus.br/>);

6.2 QUALIFICAÇÃO FISCAL:

a) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil(RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União(DAU) por elas administrados;

b) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente;

c) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal ou do Distrito Federal, conforme domicílio do proponente;

d) CRF- Certificado de Regularidade de Situação(FGTS);

6.3 QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA:

a) CNDT- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

6.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado (s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a PROPONENTE tenha executado objeto compatível com o descrito neste memorial e experiência de no mínimo 6 (seis) meses em assessoria e consultoria jurídica;

6.5 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do escritório de advocacia proponente, com indicação do número de inscrição na OAB e CNPJ.

6.6 Os documentos apresentados deverão estar todos em nome da matriz ou todos em

nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

6.7 Será admitida a apresentação de Certificado de Registro Cadastral - CRC ou SICAF, emitido por quaisquer órgãos ou entidades Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, bem como pela Administração, dentro do seu período de validade, o qual substitui a documentação constante das alíneas de 'a' a "d", do subitem 6.2.


7. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do futuro contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de assinatura podendo, no interesse da CEBGAS, ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 71, da Lei nº 13.303/2016.

ANDRE GUSTAVO LINS Assinado de forma digital
DE DE MACEDO: [REDACTED] por ANDRE GUSTAVO LINS
DE MACEDO [REDACTED]

André Macedo
Diretor Administrativo e Financeiro da CEBGAS

MAGALHÃES DE GOUVEIA Sociedade Individual de Advocacia



Tatiane Barbosa Magalhães de Gouveia
Responsável Técnica Advogada OAB/DF [REDACTED]

